

LÍNGUA: FORMAS DE TRABALHAR A GRAMÁTICA

AMARAL, Denise Moreira
deny.resende@ibest.com.br

ALMEIDA, Margarida Maria
valmar@infonet.com.br

Graduada em Letras, Mestra em Letras Lingüística Aplicada, Prof^a de Português da Universidade Tiradentes – UNIT

RESUMO

Muitos são os obstáculos encontrados por mestres e alunos em ensinar e aprender a Língua Portuguesa, e um desses é a aprendizagem da Gramática (Normativa). É do senso comum considerar a Gramática como um conjunto de regras e princípios que orientam o funcionamento da língua. Na verdade, ela não se resume a isso. Modernamente, podemos distinguir pelo menos dois tipos de Gramática: a Normativa, que estabelece as regras a serem seguidas por todos aqueles que querem “falar e escrever corretamente”, e a descritiva, que tem como objetivo descrever e analisar a língua utilizada por um determinado grupo de pessoas num dado momento histórico.

Quem faz a língua são os falantes, não os gramáticos. Estes simplesmente recolhem e analisam o material produzido pelos falantes, já que a língua é viva e dinâmica. Ela não está sujeita a regras eternas e imutáveis.

E a escola? Tem acompanhado as mudanças as mudanças ou parou no tempo? O que pensamos a esse respeito?

Em geral as pessoas têm assumido duas posições bem antagônicas com relação ao ensino da gramática na escola. Uma alegam que ela é inútil e acham que deve ser

completamente eliminada das aulas. Outras já endeusam a gramática e fazem dela o único objeto do ensino da língua portuguesa.

É claro que há exagero em ambas as posições. Assim como não é adequado reduzir o ensino de português ao estudo da Gramática normativa, também não se pode deixar de aprendê-la, pois ela é um dos meios pelos quais se tem acesso ao padrão culto da língua, isto é, aquele que geralmente se utiliza nos jornais, nas revistas e livros.

Este trabalho procura apresentar reflexões quanto à forma de trabalhar a Gramática e a necessidade dos professores mudarem as concepções de ensino e localizar as deficiências.

E como devemos fazer isso? Alterando nossa metodologia de ensino como educadores, mudando a forma de trabalhar a Gramática na escola fazendo com que os alunos sintam-se livres para criar e desenvolver seus conhecimentos internalizados não com o propósito de fazer com que o aluno apenas decore regras gramaticais, mas que seja capaz de produzir e interpretar textos e muito bem, pois o aprendizado do português é muito mais que falar e escrever, sem admitir erros, mas é dominar a sua própria língua, sabendo usá-la à vontade, perdendo o medo de errar.

No início de cada ano letivo os professores sentem certa dificuldade por parte dos alunos na aprendizagem dos assuntos abordados na língua portuguesa. Muitos são os obstáculos encontrados pelos mestres para despertarem o interesse pela disciplina.

Diante do exposto nos perguntamos: Quais são as dificuldades de aprendizagem da língua portuguesa?

A maior vilã nessa disciplina é a gramática “normativa”. Em geral as pessoas têm duas posições bem antagônicas com relação ao ensino da gramática na escola. Algumas alegam que ela é inútil e acham que deve ser completamente abolida das aulas; outras já endeusam a mesma e fazem dela o único objeto de ensino do português.

Este trabalho procura apresentar reflexões quanto à forma de trabalhar a gramática na escola, a necessidade dos professores mudarem as concepções de ensino da mesma e localizar deficiências, tentando encontrar novos métodos de ensino para que a disciplina seja a cada ano aceita por professores e alunos.

É lamentável que alunos passem uma boa parte de suas vidas na escola e muitas vezes estudam apenas para passarem de ano, perdendo o interesse pelas aulas dessa disciplina que para eles na sua maioria é desnecessária e incompreensível.

É nesse momento que o educador deve estar preparado para estimular aos seus alunos e recorrer a métodos pedagógicos possíveis para promover melhoria no processo de aprendizagem, e mostrar que, ensinar língua e gramática não se separa como pensa muitos profissionais e que não existe apenas uma forma de aprender o português.

É claro que há exageros em ambas as posições, assim como não é adequado reduzir o ensino de português ao ensino da gramática normativa, também não se pode deixar de aprendê-la, pois ela é um dos meios pelos quais se tem acesso ao padrão culto da língua, isto é, aqueles que geralmente são utilizados em jornais, revistas, livro, etc.

Na verdade, a mais conhecida do professor do Ensino fundamental e Médio é mesmo a gramática normativa, que consiste em um conjunto de regras que devem ser seguidas, e o objetivo esperado por seus autores é mostrar ao aluno que esse mesmo conjunto de regras que, se dominadas, dará condições para uma escrita perfeita.

Nosso objetivo é mostrar que ainda que os gramáticos e professores afirmem o quanto ela é eficiente, e o quanto de benefícios ela proporcionará, a mesma intimida, afasta e desperta no aluno uma verdadeira aversão à língua materna.

“gramática tradicional é inadequada e não oferece uma descrição coerente do português, nem em sua modalidade culta, seja pelo normativismo abusivo, seja pelas incoerências teóricas e descritivas, seja ainda por sua desatualização, seja finalmente, pela apresentação na prática pedagógica”

Até mesmo porque não existe apenas um tipo de gramática em que se diga que é a única e verdadeira; existe o ensino de outras gramáticas denominadas entre outras de Descritivas, Reflexivas, Gerativas, Discursivas... com conceitos diferentes de linguagem gramaticais, tipos de ensino, questões relativa às variedades lingüísticas, tendo assim uma proposta para o ensino da gramática, que se integra com o ensino de produção e compreensão de textos, o ensino do léxico, vocabulário, sendo capaz de atuar para o desenvolvimento de competência comunicativa dos alunos e, por isso mesmo promover um ensino de Gramática pertinente para os mesmos.

“Frequentemente, pesquisadores são chamados para falar a professores, na esperança de que aqueles apresentem a estes um programa de ensino que funcione.”

(Possenti,1996, pg.16)

De acordo a Academia Brasileira de Letras, a língua portuguesa é o quinto idioma mais falado do mundo, alcançando 200 milhões de pessoas. Esses falantes fazem parte da

comunidade lusófona: Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe - países situados na África - e por Macau, Timor e Goa, no Oriente. Com a chegada da Internet - maior rede de comunicação do planeta, a língua portuguesa continua em expansão. E para acontecer comunicação e expressão correta em todos os níveis, defendo a obrigatoriedade do ensino da gramática tanto na escola pública quanto na escola particular.

O termo gramática vem do grego grammê, que significa escrito. Professores e alunos questionam se deve ou não ensinar gramática na escola. Acho que sem a gramática na língua tudo seria muito mais difícil. Sabe-se que, desde os Acádios, já se encontravam vestígios de um ensino gramatical da língua suméria - embora a mais antiga reflexão lingüística rigorosa foi provavelmente a dos gramáticos indianos, em particular Panini, no séc. V a . C. que analisara o Sânscrito para garantir a estabilidade dos textos sagrados do Veda.

Para "falar", ler, escrever, entender e praticar a comunicação e expressão corretamente não é tarefa fácil. Para usar a Gramática, denominada pelos gramaticistas de Norma Culta, é preciso conhecer suas regras para usá-la. O que se mostra neste artigo é a necessidade do ensino do idioma na escola e a importância do ensinar gramática como fator decisivo para um bom desempenho do aluno, tanto no ensino Fundamental quanto no ensino Médio, para quando chegar na Universidade, não passar vergonha perante os colegas e professores.

A língua portuguesa é uma língua natural que possui características que a tornam impossível de comparar com os diversos tipos de comunicação humana. Ela é uma instituição e faz parte de toda vida social; está sujeita no seu uso, a um conjunto de normas ou regras gramaticais implícitas e explícitas que são fundamentais para a comunicação e expressão dos falantes. Como acadêmica e futura professora de Português, estou sempre produzindo textos dos mais variados e, até hoje, sinto dificuldades em usar as regras gramaticais. Nenhum educador deve desprezar o ensino da Gramática. A lingüística, como ciência, vem ao longo

dos anos tentando desvendar e definir conceitos, por meio de reflexões gramaticais, para aprimorar o ensino do idioma.

Segundo estudos lingüísticos, existem diferenças significativas entre a linguagem oral e a linguagem escrita - a qual se trabalha sustentada na Norma Culta. É por esse motivo - teórico e prático - que não se deve desprezar a Fonologia, Morfologia e Sintaxe etc., partes que ainda são cobrados em concursos públicos e vestibulares.

Pensar gramaticalmente, ler, falar e escrever bem são objetos da mesma luta de quem convive diariamente no exercício do magistério e na prática da língua portuguesa. Parece-me que os objetivos de alguns alunos (os que querem aprender) e professores (os que querem ensinar) se assemelham: enveredar pelos caminhos adaptáveis da gramática para conhecer e praticar um bom português.

O preparo e a habilidade do aluno de escola pública ou privada em ler e escrever em língua portuguesa, baseado em conhecimentos prévios adquiridos no ensino Fundamental e Médio é um dos fatores mais importantes para o sucesso profissional e aprovação nos concursos e em vestibulares, pois é exigido um bom desempenho na prova de Português. Uma boa Redação, também é critério seletivo entre os candidatos. Não se pode culpar o professor pelo o que o aluno não consegue. Cabe aos professores do idioma esta responsabilidade do ensino da língua e o compromisso de cada vez mais de ensinar e estimular o ensino da gramática nas escolas. Pesquisas revelam que ainda hoje há alunos que se queixam da Gramática e dos livros didáticos baseados em conteúdos ditos "ultrapassados". Segundo o professor (Possenti 1982), muitos estudantes se sentem "enfadados", chegando a ponto de achar que ensinar a gramática não é mais importante. Para eles, os livros didáticos apresentam as "leis" do português arcaico.

Se para editar tais livros/gramáticas as editoras tiveram critérios, os professores também devem discutir os parâmetros e critérios para adotá-los, mesmo porque, hoje em dia,

já existem novas publicações consideradas "modernas" em relação à gramática, que chega até os estudantes como "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", sem nada de novo nem atualizada, embora aparece escrito na capa ³Revista e Ampliada².

O verbo sempre foi e ainda é considerado uma palavra fundamental na estruturação das orações e frases. O que se ouve dos professores é que o verbo bem conjugado na linguagem oral ou na escrita traz coesão e coerência - partes essenciais da comunicação e expressão humana. Coesão e Coerência aparecem quase que constantemente em todas as línguas. São partes integrantes e funcionais da Norma Culta escolar.

A gramática, a meu ver, é normativa: "deve ensinar o emprego correto da língua e esforçar-se por lhe tornar conforme as produções escritas e orais dos alunos", ensina (Neves,1994) em Gramática na Escola (Contexto). Segundo a autora, a gramática está ligada a uma língua particular. E como tradição gramatical, temos tendência a analisar os dados através de esquemas que se aprende na escola. Se desprezarmos, corremos o risco de perdermos o contato com as principais categorias (palavra, frase, substantivo, adjetivo, verbo, sufixo, aposto etc) o que, na verdade, constroem o idioma/português.

Cientificamente, a língua portuguesa é uma realidade social que se encontra em seu uso submetida a normas e estas, não aplicadas explicitamente, segundo Clarice Lispector, em A Descoberta do Mundo, fere o idioma causando uma reação. Portanto, pode-se dizer que uma oração é gramatical isso quando ela é constituída de acordo com as gramáticas da língua. E quando uma oração viola alguma regra do idioma, é considerada agramatical.

Diante do exposto, não é aconselhável confundir gramatical com aceitável, que são encontrados na língua oral, diferenciada da língua escrita. Percebe-se que a gramaticidade está associada à competência, enquanto a aceitabilidade situa-se no âmbito da performance. Na linguagem oral, por exemplo, aparece bem menos recurso gramatical. Na linguagem escrita usamos mais as potencialidades do idioma enquanto sistema de signos, no uso adequado das

partes gramaticais que se explora da Gramática Normativa. O professor Pasquale Cipro Neto, no programa Nossa Língua Portuguesa, da TV Cultura, já disse em bom tom: "A língua é escrita formal, enquanto que a língua falada é um pouco mais livre".

Como marco teórico, já que teoria consiste em gerar idéias novas, comprovar hipóteses que norteiam o andamento e exploração do tema a ser investigado, neste caso a necessidade do ensinar gramática na língua portuguesa, pode-se tomar como base reflexões teóricas e práticas de quem convive na sala de aula, como por exemplo, (Perini, 1997) autor de *Sofrendo A Gramática* e (Neves,1994) autora de *Gramaticana Escola*. São professores universitários que trabalham com a dinâmica da língua constantemente. De que forma podemos fazer isso?

Alterando nossa metodologia de ensino como educadores mudando a forma de trabalhar a gramática na escola. Parece oportuno enfatizar a maneira radical que se estabelece em uma sala de aula. O estudo gramatical deveria ser transformado de um trabalho estéril em um processo que dê frutos e que principalmente esteja interligado ao ensino de reflexão sobre a língua e seus usos.

Um dos caminhos propostos por (Bagno, 2000) seria a educação lingüística, incluindo o aluno num processo de questionamento em relação à língua, a partir da pesquisa, em que se confronte o uso com as teorias já existentes. Isso se faz a partir da observação, pesquisa de dados, levantamento de hipóteses, reformulação ou não das teorias gramaticais. Assim teríamos a cumplicidade dos alunos, pois poderiam perguntar por que devo dizer para eu comer e não para mim comer ?

A sala de aula será então, um espaço onde alunos conseguem opinar, defender seus pontos de vista, aprendendo a respeitar as opiniões diferentes. Desta forma ele ganhará domínio da linguagem que é o objetivo principal da língua portuguesa nestes ciclos. Aqui pois o aluno comunica-se no dia-a-dia, o que falta é o conhecimento da língua padrão que deve ser

vinculada não somente à gramática normativa, mas a leitura de textos literários, textos formais e científicos.

“A prática é, portanto, em qualquer ciência, um elemento importantíssimo, mas insuficiente quanto a saber ou não Gramática. A prática implica indecisão: é empirismo. Deve ser completada com a teoria; ou esta deve ser aperfeiçoada com a prática. Tal é o caso da Gramática e da Língua: A Gramática é a teoria, a Língua é a prática. Uma e outra são inseparáveis”. (Viana, 1945).

Se alguém quiser flexionar um verbo, como há de fazê-lo, desde que não haja estudado a Gramática? Se alguém precisar conhecer um feminino ou um plural irregular, onde encontra-lo, se não na Gramática? Quais as regras de colocação das palavras? Quais de concordância e da sintaxe dos vocabulários? Como e em que condições se poderão usar as imagens? Quais as regras de construção das frases?

O homem que não sabe Gramática, ou que nunca a estudou convenientemente, encontra-se sempre a braços com dificuldades espantosas, porque lhe faltam as necessárias bases. Apenas sabe e apenas conhece algumas das palavras e expressões que ouve, e que, muitas vezes ouve mal, fato que o leva a deturpá-las lastimosamente!

A antipatia que há, entre a maioria, pela Gramática provém muitas vezes da maneira defeituosa como ela é, muitas vezes apresentada, desenvolvida e estudada. Tem-se pretendido ensinar a Língua através da Gramática, quando deveríamos, de preferência, estudar a Gramática sobre a Língua.

Não vale nada decorar definições e regras, sem as compreender e sem as relacionar com o idioma que as mesmas dizem respeito. Estudar Gramática no vácuo é trabalhar em pura perda. Este constitui o erro, que mais graves males tem ocasionado ao Português.

A animosidade contra a Gramática é ilógica e absurda. Nem se deve desprezar este estudo, nem tão pouco cair no gramaticismo exagerado, do purista e da reta-pronúncia.

Estes desvios intelectuais são, precisamente uma conseqüência, do estudo defeituoso da Gramática, mais mecanizado do que inteligente.

Há muitas pessoas, que sabem de cor, de cor e salteado, todas as regras de Gramática, mas que nunca pensaram em aplicá-las. Há quem saiba definir o que é um substantivo, um adjetivo, uma conjunção e que, no entanto, não os sabe diferenciar na prática! Para os professores é preciso que realmente haja um despertar para promover mudanças nos seus conceitos e na metodologia aplicada em sala de aula. Não se pode apresentar a gramática, principalmente a normativa, como solução para a deficiência apresentada pelos alunos. Deve-se ficar claro que para se expressar bem e escrever bem adequadamente, não é preciso memorizar as regras de gramática.

O objetivo do professor deve então, ser de ensinar o português padrão, mas não com o propósito de que o aluno decore regras, sem saber ao menos como aplicá-las, mas, fazer com que o aluno possa interpretar e produzir textos bem escritos, com coesão e coerência.

Quando se discute o ensino de língua e se sugere que as aulas de gramática sejam diminuídas, logo se levantam objeções baseadas nos vestibulares, concursos e outros, nos quais seria impossível ser aprovado sem saber gramática e claro que esse fato deve ser considerado, mas que também nesses mesmos concursos existe interpretação de textos, questões de literatura etc.

O que, afinal, dificulta o trabalho docente, se não a concepção equivocada que temos q respeito do ensino da gramática? Quando parecemos “trabalhar a gramática superficialmente” ou deixamos de sugerir exercícios de fixação, estamos abandonando a simples memorização de regras e pensando em novo objetivo de ensino, que não seja o de prescrever normas, acreditando que isso leve nosso aluno a ler e escrever melhor. “Escrever bem não significa saber gramática” (Perini,2000)

“Justificar o ensino da gramática por razões culturais significa, entre outras coisas, admitir que o ensino da gramática pode não ter nada a ver com o ensino da língua” – concorda Luiz Travaglia com Perini em sua gramática Descritiva e sabe-se que os ensinamentos da gramática na escola têm sido longamente discutidos. A discussão não deve parar e tem sido cada vez mais atual porque embora tenha havido muitas mudanças de discurso, a prática escolar basicamente a mesma.

Devem-se ter objetivos na questão do ensino de teoria gramatical ou lingüística que possa auxiliar o professor em sua decisão sobre trabalhar ou não questões teóricas sobre a língua com seus alunos.

Luiz Carlos Travaglia nos chama a atenção sobre três aspectos:

1. Quanto ensinar;
2. O que ensinar;
3. E, fundamentalmente, para que ensinar teoria gramatical ou lingüística.

A aprendizagem do Português é muito mais que memorizar regras de Gramática e estar apenas concentrado em falar e escrever corretamente, sem admitir erros; mas é dominar a sua própria língua, sabendo usá-la à vontade, perdendo o medo de errar.

Aprender uma língua é aprender a dizer uma coisa de muitas formas; não se deveria imaginar que existe uma forma de falar; isto é, que uma maneira apenas basta; a língua sempre nos dá várias alternativas, e saber uma língua ativamente e utilizá-la como sujeito é em boa parte dizer uma coisa de várias maneiras.

Mistura-se muito estudar a Língua e estudar Gramática; o professor fica muito preso em corrigir os erros do aluno, inibindo assim que ele crie livremente.

A Gramática interna que temos independe de idade, sexo...desde muito cedo, ainda nos primeiros anos de vida, começamos a falar palavras e a criarmos nossa própria linguagem,

mas com a vida escolar, vêm os professores e pronto: regras e correções. Em geral os professores não capacitam os alunos para a comunicação interior, fazendo frases, lendo e escrevendo, pretendem impor-lhes a Gramática, teorias e regras. E é exatamente isso que leva a inibição, a criação natural e gera uma aversão ao estudo da língua portuguesa. Todos nós escrevemos para que seja lido e todos nós nos comunicamos.

Somente assim, alunos irão vencer o medo da disciplina de Português e destruir a imagem ruim pela disciplina, sentindo-se mais seguros em tirar dúvidas com seus professores e esses conseqüentemente se sentirão mais seguros como educadores dentro e fora da sala de aula, pois o ensino da língua portuguesa deve partir sempre das dificuldades que os alunos sentem e procurar com que eles sintam as suas dificuldades e procurem instrumentos para resolvermos seus problemas.

“A boa comunicação verbal por exemplo, nada tem a ver com a memorização de regras de linguagem e nem com a disciplina escolar que trata dessas regras, e que geralmente, em nossas escolas, toma o lugar do que deveria ser as aulas de Português: leitura, comentário, análise e interpretação de bons textos, e tentativa constante de produzir, pessoalmente, bons textos enfim, vivência com o idioma”.(Luft, 2002,pág. 19.)

Não se trata de apontar e punir culpados. Os professores são antes vítimas do que réus. É preciso descobrir as causas para removê-las.

Escrever e falar bem tem sim a ver com a Gramática, mas com a Gramática internalizada onde ouvimos e falamos com o contato na escola, podemos e devemos sim aperfeiçoar o nosso falar e escrever, já que nascemos programados para falar e que as regras gramaticais vão nos auxiliar e nós é que vamos usufruir dela de forma que nos convém, ou seja, da nossa necessidade no ato de falar e no ato de escrever. Mas com o ensino da Gramática feita de maneira imposta, onde se ignoram as variantes e a comunicação, traz essa aversão à língua como falado anteriormente.

De acordo com os PCN – Língua Portuguesa (1998, p.p.78.80), “Entretanto, prática de análise lingüística não é uma nova denominação para o ensino.”

Há conteúdos relacionados às dimensões pragmáticas da linguagem, que, por serem inerentes à propriedade discursiva precisa, na maneira articulada e simultânea no de envolvimento das práticas de produção de textos.

Um dos aspectos fundamentais da prática de análise lingüística é a refacção dos textos pelos alunos. Tomando como ponto de partida o texto produzido pelo aluno, de trabalhar tanto os aspectos relacionados às características estruturais dos diversos textos e também os aspectos gramaticais que possam dar instrumento ao aluno no domínio da fala e escrita da língua.

Conforme a equipe elaborada do Programa Curricular Mínimo para o Ensino de Português de 1ª a 8ª séries (1992,p.56), do Estado de Goiás, “A proposta de um ensino gramatical concebido como instrumento auxiliar da lei, aponta de forma clara para o texto, como material didático essencial e insubstituível para o Português. É necessário, entretanto, reafirmar, uma vez mais, o que se entende por todo texto. Na verdade, estudar o texto do ponto de vista gramatical é estudá-lo completamente, de forma a revelar a organização entre os parágrafos, entre as partes que constituem cada frase, sempre com a preocupação fundamentada no significado do texto como um todo”.

Acredita-se então que o termo gramática contextualizada tenha surgido entre os professores a partir de discussões que se levantam, na apresentação de novas propostas em relação ao ensino de Português, por meios de cursos em que se enfatiza que a linguagem “tem significação contextualizada”.

Portanto a Gramática contextualizada não é uma nova Gramática mas pode representar uma nona forma de se compreender a linguagem e organizar a Gramática, partindo do texto produzido pelo aluno.

As provas dos concursos vestibulares funcionam como um posto de referência do que se espera de um aluno ao final do Ensino Médio. Ao observá-los, percebe-se que as avaliações, a que os candidatos se submetem, confirmam que se espera do candidato conhecimentos de língua e de textualidade, entretanto isso, infelizmente ainda não é vista na maioria das gramáticas que circulam nas escolas. Encontra-se, muitas vezes, a Gramática como pretexto, que não deixa de ser uma classificação ainda tradicional.

E infelizmente o aluno só tem em destaque a língua culta, a linguagem formal, já que à sua frente nas provas os destaques são reportagens, propagandas, textos literários... E os professores por sua vez concordando (e quando não concordam, também não trazem nenhuma proposta para mudar o ensino da Língua Portuguesa).

Os trabalhos científicos da área de educação realizados nos anos 80, tornaram possível repensar as questões envolvidas no ensino e na aprendizagem da língua portuguesa. As novas metodologias reconhecem que o aluno tem um conhecimento prévio da língua, fruto da sua vivência, cabendo à escola aproveitar esse saber do aluno para que ele multiplique os seus conhecimentos. Mas ainda é discutível a forma com que os conteúdos da chamada língua culta são ensinados. Algumas escolas e professores ainda não sabem como aplicar as novas práticas. É possível identificar alguns equívocos no ensino e, apesar da evolução que já é notada, ainda há muito que melhorar.

O projeto de lei 1.676/99, do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), em trâmite no Congresso Nacional, também faz uma menção à questão educacional, dizendo que é preciso "melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional".

Ainda para (Souza, 2001) professor de redação na 1ª e na 2ª séries do ensino médio na Escola G9, da rede particular no município de Itajubá (MG), o insucesso no aprendizado da língua portuguesa é resultado das falhas na alfabetização e da falta de leitura ao longo da vida

escolar. Ele afirma que os alunos chegam ao ensino médio muito despreparados e o maior problema é a argumentação. "Os textos são muito superficiais e há muita repetição de palavras", garante o professor.

O autor lembra que até o final do ensino fundamental, o aluno lê alguns livros apenas quando é obrigado pelo professor, para fazer provas ou para apresentar trabalhos. Quando passa para o ensino médio, o aluno interrompe essa leitura e só volta a ler quando vai enfrentar os vestibulares para conseguir uma vaga na faculdade de sua escolha. Isso quando não se vale apenas dos resumos oferecidos nas apostilas dos cursinhos.

Segundo (Possenti,2000), "o ensino da língua portuguesa apresenta dois equívocos: um de natureza político-cultural e outro de natureza cognitiva. O primeiro é quando se diz que é injusto que se imponha a um grupo social os valores de outro grupo". O equívoco, segundo ele, é o de não perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e de escrever. Desde que se aceite que a mesma língua pode servir mais de uma ideologia, a mais de uma função, o que parece hoje evidente.

O segundo equívoco, conforme escreve em seu livro, "é imaginar que cada falante ou grupo de falantes só pode aprender e falar um dialeto (ou uma língua). Todas as evidências vão ao sentido contrário".

Para Gilmar R. de Souza o grande engano do ensino da língua é separar literatura, gramática e redação. Na escola em que trabalha, as três áreas são abordadas por três professores diferentes, quando deveriam ser ensinadas, da 5ª à 8ª séries como uma única matéria: língua portuguesa. "O ensino de gramática tem que ser em cima dos textos que os alunos lêem e produzem e não de forma isolada".

E ainda na perspectiva de (Zago, 2001) aponta outras falhas no ensino da língua, que ela acredita que estejam mais relacionados com a importância que se dá ao ensino isolado da gramática. Para ela, a aprendizagem da língua portuguesa é possível quando a criança lê e

escreve. Nesse sentido, o equívoco está em exigir que a criança escreva "certo" em relação à ortografia, no primeiro momento da alfabetização. "Nesta fase é importante que a criança consiga reproduzir as suas idéias, de forma clara, encadeada e criativa", afirma Zago. Em um segundo momento sim, a criança pode, já com a capacidade de elaboração garantida, ser orientada quanto às normas ortográficas. Evita-se assim que a criança se intimide a escrever, pois com a preocupação de escrever "certo", a criança escreve menos, não arrisca novas idéias, novas palavras ou mesmo novas estruturas de texto.

O terceiro equívoco apontado pela pedagoga é o de acreditar que a alfabetização é a transcrição da fala. Em sua opinião, a criança utiliza esse recurso, mas não é o único. "A criança aprende a ler, lendo e a escrever, escrevendo", afirma. E esclarece que nesse sentido o trabalho do professor é fundamental, como o mediador do processo. O professor é aquele que estimula a leitura e a produção de textos. É também aquele que apresenta novos materiais, que ajuda a criança a encontrar novas soluções para os problemas que encontra no processo de aprendizagem. É o que acompanha o desenvolvimento do aluno, identifica as dificuldades e ajuda o aluno a vencê-las.

A língua portuguesa, como qualquer outro idioma, modifica-se e sofre influências, mas as gramáticas normativas continuam a propor regras que muitas vezes os falantes não usam mais. Por outro lado, usos correntes de certas estruturas da fala, consideradas incorretas pela gramática normativa, passam a ser incorporada na norma culta da língua, devido à recorrência em livros e na imprensa escrita.

Finalmente convivemos com muitas arbitrariedades no ensino de Língua , além do que estes expostos, devemos refletir sobre quais conteúdos deveriam, realmente, ser ou não convenientes a cada série. O que faz uma regra ser mais fácil que a outra? Partindo do pressuposto de que a Língua é um sistema de códigos em interação com o falante, não há como classificar conteúdos por série e, sim, apresenta-los à medida que forem usados em

textos, leitura e escrita. Temos que propiciar a leitura e escrita, e por meio dessas práticas, estudar a Gramática.

“São necessários trabalhos diferenciados, e mais interessantes a serem feitos, como afirma Possenti.” Ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais, para escrever e ler de forma sempre sofisticada.” (Possenti, 2000)

Vamos, pois, rever nossas posições, acordar para o que nos é imposto e que, por conseguinte, impomos.

REFERENCIAS DAS FONTES DE PESQUISA

BAGNO, Marcos. **A LÍNGUA DE EULÁLIA**. 7ª edição, São Paulo, contexto, 2000.

FARACO, Emílio Carlos e MOURA Marto Francisco. **Língua e Literatura**. 39ª ed. Editora Ática. 1997. vol. I.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade**. 8ª edição, Ática, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na Escola**. 3ª edição, São Paulo, contexto, 1994.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a Gramática**. 3ª edição, São Paulo, Ática 2000.

PCN Língua Portuguesa (1998: p.p. 78,80).

POSSENTI, Sírio. **“Porque (não) Ensinar Gramática na Escola”**. 1998, Mercado das Letras.

TRAVAGLIA, Carlos Luiz. **Gramática Ensino Plural**. Editora Cortez, 1998.

VIANA, Maria Gonçalves. **“A Arte de Redigir”**. edição livraria e editora Figueirinhas Porto, 1945.

ZAGO, Silmara Helena, 2001.

www.comciencia.br/contato@comciencia.br

ANEXO

III
GRAMÁTICA

CONCEITO

Revista Trip



Certamente você entendeu o significado dessa frase: eu gosto de ganhar dinheiro. E entendeu porque ela está baseada num código que você conhece: a língua portuguesa. Mas é certo também que essa frase foge dos padrões da escrita e da fala convencionais, ou seja, não obedece aos princípios fundamentais da gramática da nossa língua.